

Acompanhamento do processo de formação legislativo da Comunidade Europeia relativamente às propostas cuja matéria interessa à Direcção de Serviços da Justiça e dos Assuntos Internos; Participação em reuniões do Conselho da União Europeia e grupos de trabalho do Conselho, em Bruxelas; Participação nas reuniões do Comité do artigo 36.º do TUE; Participação/coordenação em reuniões interministeriais destinadas à definição da posição nacional no seio dos diversos centros de decisão comunitários; Estudo da compatibilidade de propostas/projectos de lei, de projectos de decreto-lei, de resoluções e outros actos normativos com o ordenamento jurídico comunitário (tratado, regulamentos, directivas, decisões quadro, decisões, recomendações); Elaboração de notas com trabalho preparatório das sessões do Conselho Justiça e Assuntos Internos e de diversos encontros bilaterais ou multilaterais quer no espaço nacional quer no estrangeiro, dentro ou fora do espaço comunitário.

Despacho n.º 1176/2005 (2.ª série). — 1 — Por aviso publicado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias*, de 30 de Outubro de 2004, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de director de serviços das Questões da Justiça e dos Assuntos Internos, da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

2 — Analisadas as candidaturas, foi seleccionada a Dr.ª Regina Maria Padeira Quelhas Lima, que reúne os requisitos necessários, bem como o perfil mais adequado para o exercício das funções pretendido, possuindo reconhecida aptidão e experiência profissional adequada para o cargo a prover.

3 — Assim, considerando que os titulares de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Dr.ª Regina Maria Padeira Quelhas Lima directora de serviços das Questões da Justiça e dos Assuntos Internos, da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

14 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Manuel Lobo Antunes*.

Nota curricular

Regina Quelhas Lima, nascida em Lisboa, em 15 de Outubro de 1961.

Experiência profissional:

Desde Janeiro de 2003 — directora de serviços dos Assuntos da União Europeia no Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (ex-Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Segurança Social e do Trabalho), em regime de substituição. Nesta qualidade, coordena e acompanha os seguintes assuntos: preparação das sessões do Conselho de Ministros «Emprego, política social, saúde e consumidores» da UE; Estratégia de Lisboa; Processo de Reforma Económica de Cardiff; Serviços de Interesse Geral; Mercado Interno/Competitividade; Agenda da Política Social; Alargamento/Livre Circulação de Trabalhadores e Relações Externas;

Abril de 2002-Janeiro de 2003 — assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direcção de Serviços do Mercado Interno. Nesta qualidade, foi responsável pela coordenação dos *dossiers* «Estratégia de Lisboa» e «Governança empresarial». Colaborou na elaboração do relatório «Os funcionários e agentes de nacionalidade portuguesa que exercem funções em instituições e organismos da União Europeia». Entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003, coordenou a preparação e apoiou o secretariado das reuniões da Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários;

1993-2002 — adjunta no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde foi responsável pelo acompanhamento das seguintes áreas: «Mercado interno e políticas sectoriais conexas»; «Estratégia de Lisboa»; «Acordo de Schengen» e «Livre circulação de pessoas na UE»; Conferência intergovernamental (CIG) para a revisão do Tratado de Maastricht, em 1997, nas matérias relativas à justiça e aos assuntos internos e apoio jurídico em matérias comunitárias;

1987-1993 — técnica superior de 2.ª classe, em regime de contrato de prestação de serviços, de 23 de Novembro de 1987 a 5 de Março de 1991, e, em regime de contrato de trabalho a termo certo, de 6 de Março de 1991 a 31 de Dezembro de 1992, da Direcção-Geral das Comunidades Europeias, do

Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direcção de Serviços do Mercado Interno. Nesta qualidade, acompanhou a negociação dos *dossiers* «Contratos públicos» e «Livre circulação de pessoas», bem com as negociações da adesão de Portugal ao Acordo de Schengen. No âmbito destas funções, participou, designadamente, nas reuniões do grupo «Questões económicas (estabelecimento e serviços)» do Conselho, em Bruxelas, para a negociação das directivas sobre contratos públicos, bem como nas reuniões do grupo «Coordenadores da livre circulação de pessoas», acompanhando o coordenador nacional e em vários grupos de trabalho da estrutura de concertação permanente do Acordo de Schengen, em Bruxelas;

1987-1990 — monitora, em regime de contrato de prestação de serviços, na Faculdade de Direito de Lisboa, onde leccionou as cadeiras de Relações Económicas Internacionais, Direito da Economia e Direito Internacional Económico;

1986-1996 — advogada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados;

1984-1986 — estágio de advocacia pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Outras actividades:

Bolsa do Marshall Memorial Fellowship Program, do The German Marshall Fund of the US (1995);

Consultora da Comissão das Comunidades Europeias para a realização de acções de sensibilização em Portugal sobre o regime comunitário dos contratos públicos (1989-1993);

Estagiária na Comissão das Comunidades Europeias, na Direcção-Geral do Mercado Interno e Assuntos Industriais — DG III (1989);

Formadora na área do direito comunitário em cursos e acções de formação profissional dirigidos à Administração Pública portuguesa.

Habilitações literárias:

Pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica) pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1984-1985);

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1978-1984).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 1177/2005 (2.ª série). — Por despacho da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência subdelegada, de 6 de Janeiro de 2005, foi autorizado o regresso à efectividade de serviço do agente M/146402, Rui Miguel da Fonseca Andrade, com destino ao Comando Metropolitano da PSP de Lisboa.

6 de Janeiro de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Despacho (extracto) n.º 1178/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Janeiro de 2005 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os assistentes administrativos principais abaixo indicados, ficando posicionados nos escalões referidos:

Nome	Comando	Escalão
Diogo Augusto Penafria Meireles . . .	Bragança	2
Cristina Maria de Sousa Cândido dos Reis.	Setúbal	1
Maria Eugénia Ramos Rodrigues Cró Rodrigues.	Madeira	1